

Associação dos Docentes da UFF

ADUFF
SSind

Seção Sindical do Andes-SN
Filiado à CSP/Conlutas

Jornal da ADUFF
Agosto de 2019



UFF diz não ao Future-se

Assembleia comunitária reúne todos os segmentos e rejeita por unanimidade projeto do governo e cortes na Educação

Future-se é associado a privatização, fim da autonomia, mercantilização total e possível fim da gratuidade

Comunidade universitária vai ao CUV e Universidade Federal Fluminense rejeita o Future-se

Docentes, técnicos e estudantes são convocados para luta conjunta: dia 18 a UFF volta às ruas

Veja da página 3 a 10, reportagem especial sobre o seminário da Aduff que debateu o 'Future-se'

Rejeição ao Future-se: estampada na roupa e na fala dos participantes da assembleia comunitária da UFF

Ameaça da capitalização e de mais ataques reforça urgência da luta contra PEC da Previdência e demais 'reformas'

Editorial



Arte: Gilson Castro sobre foto de Zumar Rocha

Democracia e participação contra o arbítrio e interesses privados

Em tempos de crescente autoritarismo, a comunidade acadêmica da Universidade Federal Fluminense deu, no último mês, uma aula de democracia. Desde que o Future-se foi anunciado, docentes, estudantes e técnicos-administrativos expressaram grande preocupação com o programa, o qual, se implementado, tornará impossível a universidade pública, gratuita e socialmente referenciada no Brasil.

Por isso, as mobilizações contra o Future-se começaram antes da volta às aulas, quando a Aduff-SSind realizou assembleia e seminário em Niterói, com a participação de dezenas de docentes. Também antes da volta às aulas, uma sessão lotada do Conselho Universitário expressou, por unanimidade, a avaliação da comunidade acadêmica em uma nota de repúdio ao programa Future-se. O CUV ainda atendeu à demanda das entidades (Aduff, Sintuff e DCE) e convocou uma assembleia comunitária para 21 de agosto.

Iniciadas as aulas, a diretoria da Aduff-SSind não poupou esforços para debater com a categoria e au-

mentar a mobilização contra o Future-se: assembleia descentralizada, participação em debates, produção de material informativo, ida a reuniões de departamento. Porém, a diretoria sozinha não é capaz de percorrer toda a universidade. Nesse sentido, foram fundamentais as atividades organizadas pela militância de base. É nesse tipo de sindicalismo que acreditamos, e temos certeza que só assim as lutas poderão ser vitoriosas.

O resultado da mobilização de docente, de técnicos e de estudantes pôde ser visto na assembleia comunitária, onde em torno de 600 pessoas se manifestaram favoráveis à realização de um ato pela rejeição ao Future-se na sessão do Conselho Universitário de 4 de setembro. O ato se realizou e, mais uma vez por unanimidade, o CUV se posicionou de acordo com a vontade da comunidade acadêmica: a UFF, uma das primeiras universidades do país a repudiar o programa, somou-se à crescente lista das instituições federais de ensino que rejeitaram o Future-se!

A rejeição ao Future-se, no entan-

to, é ainda o começo de nossa luta. Temos denunciado a estratégia do governo de asfixiar os orçamentos das universidades para forçar a comunidade acadêmica a buscar formas privadas de financiamento - e, com o tempo, se convencer que esta é uma opção melhor que contar com financiamento público. Por isso, é necessário seguir debatendo e mobilizando para a outra ação encaminhada na assembleia comunitária: um grande ato dia 18 de setembro em defesa da UFF e contra os cortes.

Apenas com intensa mobilização de docentes, técnicos e estudantes, e de um grande diálogo com a sociedade, conseguiremos evitar que o governo implemente o seu projeto de encolhimento e elitização das Instituições Federais de Ensino Superior no Brasil, e de subserviência na produção de ciência e tecnologia. Sabemos que o desafio é grande, mas sabemos também que a comunidade acadêmica da UFF está alerta e unida em defesa de uma universidade pública, gratuita, socialmente referenciada e onde estudem os filhos e as filhas da classe trabalhadora.

ADUFFZAP
21 97276-2018

Docentes da UFF podem se cadastrar no serviço, enviando mensagem para o número (21) 97276-2018. Por meio de listas de transmissão, o docente receberá boletins semanais com informações de interesse da categoria, o que inclui comunicados de atividades e sobre ações jurídicas.



App Aduff

Aduff lançou aplicativo gratuito próprio, desenvolvido especialmente para a seção sindical dos docentes da UFF. O serviço já está em funcionamento e terá acompanhamento da carreira docente, notícias, comunicados, agenda e calendários acadêmicos e chat para falar com a seção sindical.

BOLETIM ONLINE

Escreva para cadastro@aduff.org.br e peça a inclusão do seu endereço eletrônico em nossa mala direta. Receba o Boletim da Aduff por e-mail com notícias e outras informações relevantes.

PLANTÕES JURÍDICOS

Aduff divulga plantões pelo site e Aduffzap

Em Niterói, plantões são às sextas; nas demais cidades, de acordo com demandas encaminhadas via CR

A Aduff oferece aos docentes sindicalizados assessoria jurídica na sede em Niterói e plantões nos *campi* da UFF nas demais cidades. O plantão jurídico descentralizado foi instituído em 2018. Os advogados Carlos Boechat, Júlio Canello e Gabriela Fenske se revezam nos atendimentos. Os plantões são marcados de acordo com as demandas que chegam ao sindicato pelo Conselho de Representantes. A agenda é divulgada no site da entidade e pelo serviço Aduffzap (21-97276-2018). O atendimento semanal regular na sede, em Niterói, ocorre às sextas-feiras, de 9h às 13h.

Associação dos Docentes da UFF

**ADUFF
SSind**

 Seção Sindical do Andes-SN
Filiado à CSP/Conlutas

8 de setembro de 2019

Biênio 2018/2020

 Gestão: ADUFF Autônoma,
Democrática e de Luta

Presidente: Marina Cavalcanti Tedesco • **1º Vice-Presidente:** Waldyr Lins de Castro • **2º Vice-Presidente:** Carlos Augusto Aguiar Junior • **Secretária-Geral:** Adriana Machado Penna • **1º Secretário:** Isabella Vitória Castilho Pimentel Pedroso • **1º Tesoureiro:** Bianca Novaes de Mello • **2º Tesoureiro:** Edson Benigno da Motta Barros • **Diretoria de Comunicação (Tit):** Reginaldo Scheuermann Costa • **Diretoria de Comunicação (Supl):** Wilma Lucia Rodrigues Pessôa • **Diretoria Política Sindical (Tit):** Elizabeth Carla Vasconcelos Barbosa • **Diretoria Política Sindical (Supl):** Claudio Fernandes da Costa • **Diretoria Cultural (Tit):** Jairo Paes Selles • **Diretoria Cultural (Supl):** Ana Claudia Cruz da Silva • **Diretoria Acadêmica (Tit):** Douglas Guimarães Leite • **Diretoria Acadêmica (Supl):** Jacira Maria Machado de Oliveira

Editor
Hélio L. Filho
Jornalistas
Aline Pereira
Lara Abib

Revisão:
Renake das Neves
Projeto gráfico e diagramação
Gilson Castro

Imprensa
imprensa.aduff@gmail.com
Secretaria
aduff@aduff.org.br

Sítio eletrônico
www.aduff.org.br
Facebook
facebook.com/aduff.ssind

Twitter
twitter.com/aduff_ssind
Impressão
Gráfica O Globo - 10 mil exemplares

Future-se - por que o projeto do governo põe em risco a universidade pública



Foto: Zulmar Rocha

Assembleia comunitária, no dia 21 de agosto, no *pilotis* do ICHF, no *campus* do Gragoatá

Assembleia comunitária decide a favor da UFF e contra o Future-se

- Todas as falas rejeitam projeto; tentativa do governo de inviabilizar ensino superior público é criticada
- Defesa da unidade de todos os segmentos foi destacada para reverter cortes e barrar Future-se
- Aduff percorrerá unidades para debater projeto que ameaça a existência da universidade pública

A assembleia comunitária da UFF rejeitou o Future-se, o programa do governo de Jair Bolsonaro para o ensino público superior federal. Realizada no *campus* do Gragoatá no dia 21 de agosto, também apontou que é a

atuação e mobilização conjunta de todos os segmentos da UFF e demais instituições de ensino, buscando diálogo e apoio da população, que poderá deter o projeto e reverter a política de cortes orçamentários. A convocação

da assembleia foi aprovada no Conselho Universitário, a partir de proposta conjunta das entidades.

Os cerca de 600 participantes definiram uma série de atividades para construir a campanha. A primeira foi

o ato no Conselho Universitário seguinte. No dia 4 de setembro, a comunidade universitária lotou o auditório da Geociências, na Praia Vermelha, em Niterói, e saiu de lá com o objetivo alcançado: os conselheiros votaram a rejeição da UFF ao Future-se.

A próxima mobilização será no dia 18 de setembro. A intenção é fazer um protesto similar ao que ocupou o Centro de Niterói no dia 8 de maio em defesa da UFF, contra os cortes e, agora, pela rejeição do Future-se. Integra o calendário a realização da assembleia comunitária nos demais polos da UFF no estado.

A condenação do Future-se foi unânime e permeou as quase três horas de discussão. Não houve uma única defesa do projeto. No início da assembleia, as entidades representativas locais e nacionais expuseram as suas posições. Pela Aduff, falou a profes-

ra Marina Tedesco, enquanto pelo Andes-SN, a professora Eblin Farage. Ambas defenderam a unidade para impedir o Future-se, considerado um ataque sem precedentes ao ensino superior público e que, se implementado, levará à privatização e à perda da autonomia. Também falou um representante da Reitoria, o pró-reitor de Planejamento, Jailton Gonçalves. Na sequência, foram abertas as avaliações.

“A assembleia comunitária contou com um grande número de participação de docentes, de técnicos e, principalmente, de estudantes, que vieram de todos os polos da UFF. A Aduff e o Sintuff garantiram ônibus [para o deslocamento] por entender que essa assembleia comunitária é um espaço prioritário de construção desta luta”, avaliou, ao final da atividade, a professora Marina Tedesco, presidente da Aduff.



Presidente da Aduff, a professora Marina Tedesco defendeu a unidade de todos os segmentos para defender a Universidade

Seminário na Aduff expôs 'por que o Future-se ameaça a universidade pública'



Fotos: Luiz Fernando Nabuco

Exposições de quatro palestrantes mostram que o projeto do governo federal leva à privatização da gestão, à entrega do fundo público para o setor privado, à submissão da pesquisa, do ensino e da extensão aos interesses do mercado, à perda da autonomia, à desresponsabilização do Estado com o ensino superior público e, conseqüentemente, abre caminho para a cobrança de mensalidades. Nas próximas páginas, um resumo do seminário, que pode ser assistido na página da Aduff no Facebook e no You Tube. Em breve, será disponibilizado um vídeo com resumo das palestras com cerca de 20 minutos.

Detalhe do primeiro dia do seminário, realizado na sede da Aduff-SSind



Simone Silva

Pedagoga, coordenadora do Laboratório de Ética em Pesquisa do Núcleo de Bioética da Universidade Federal do Rio de Janeiro e doutora em Educação pela mesma universidade.

Destrução

“É o aprofundamento de um processo, mas é mais que isso. Obviamente que isso está calcado, baseado, sustentado, em políticas anteriores. Mas agora é de uma crueldade que a gente só pode dizer: é a destruição da universidade. (...) Não vai entrar dinheiro privado, se entrar, vai entrar muito pouco, aqui é processo de roubo do fundo público, dos bens, dos prédios, da produção intelectual. É muito grave, não só no sentido da vida real da universidade, quanto do futuro, o que é uma sociedade, uma universidade, calcada nesse marco. A que ponto chega a burguesia brasileira, que opta por reduzir o seu conhecimento, a transformar doutores, técnicos da universidade em serviços de empresa”.



Eblin Farage

Professora da Escola de Serviço Social da UFF (Niterói). Doutora em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação da UERJ. Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Favelas e Espaços Populares - NEPFE. Secretária-geral do Andes-SN.

Sem diálogo

“O Future-se é uma imposição de diálogo exclusivo com o mercado. Feito a portas fechadas, certamente com empresários, pegando um modelo estrangeiro, mescla do americano com alguns países europeus. Tudo de ruim de alguns. Não tem nada de bom. E com que se parece com nossa história recente? Na sua forma, com os acordos MEC-Usaid da época da Ditadura, que foram os acordos feitos entre o Ministério da Educação e os EUA, sob sigilo. Só depois de muita balbúrdia, já naquela época, os militares foram pressionados a abrir o projeto. Acordos que entre as muitas modificações na educação, desde a básica e a superior, só para lembrar, tiraram do nosso currículo a Filosofia e a Ciência Política e colocaram a de Moral e Cívica.”



Catharina Marinho Meirelles

Professora no Departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense, no Polo Universitário de Volta Redonda. Doutora em Políticas Públicas e Formação Humana pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPFH/Uerj).

Voluntário?

“A gente entra no Reuni, se quiser; adere ao Future-se, se quiser; entra em Bolonha, se quiser; adapta-se às determinações da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), se quiser. Sempre, em todas essas políticas, o caráter de adesão voluntária está presente. Não é verdade. Como dizer não se está condicionado a isso a garantia de manutenção e sobrevivência das instituições? A questão retórica tem impacto entre os próprios docentes que compram essa ideia de suposta autonomia que teríamos para decidir.”



Andrea Vale

Professora da Escola de Serviço Social da UFF (Niterói). Doutora em Políticas Públicas e Formação Humana pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPFH/Uerj).

Vire-se

“Esse papo do empreendedorismo serve para dizer o seguinte: se você quiser complementar o seu salário, professor, nós vamos liberar, mas se vira, vai procurar o caminho. A ideia de empreendedorismo vem no rescaldo da noção de empregabilidade, das habilidades e competências, que quer forjar um sujeito que não fique esperando nenhuma ação do Estado e muito menos a ideia de um emprego seguro e fixo. Isso vem desde a década de 1990 sendo colocado como uma saída para o professor universitário. Ou seja, diante da falta de recursos, empreenda as suas próprias condições de trabalho”.

Eblin Farage - 'Um largo passo para o passado'

“Projeto Future-se é a Universidade dos colonizadores”

Professora da UFF e secretária-geral do Andes-SN, Eblin Farage, destaca no seminário da Aduff que a proposta desresponsabiliza o Estado com o financiamento das universidades e quer colocar setores populares novamente em posição subalterna

Lara Abib
Da Redação da Aduff

“Sem financiamento público da Educação, só vai caber na Universidade quem conseguir se vender no mercado. Se não barrarmos o Future-se, vamos voltar a um passado onde só algumas áreas tinham investimento na universidade, onde a história era contada por homens brancos heterossexuais. Nesse projeto, não cabe diversidade, pluralidade”, alertou a professora Eblin Farage, secretária-geral do Andes-SN, no seminário promovido pela Aduff-SSind.

A docente explica que o programa pretende alterar 17 leis atualmente em vigor, mexendo em questões estruturais e apresentando uma nova forma de gestão institucional, de pessoal, de formação acadêmica e de acesso e permanência na universidade - que é tudo, menos pública. O programa propõe garantir a “autonomia financeira” das instituições via captação de recursos junto ao setor privado, por meio de fundos de investimento, parcerias público-privadas e privatização do patrimônio imobiliário, entre outros.

Para Eblin, a produção de conhecimento subordinada aos interesses do capital empobrece a formação na universidade, acaba com a sua autonomia e enfraquece o tripé ensino, pesquisa e extensão. “Quais empresas vão querer financiar projetos com favelas, periferias, quilombolas, indígenas, ribeirinhos? Ao permitir ao mercado selecionar quais áreas são de interesse ou não, o Future-se retira da universidade o caráter amplo da produção de conhecimento,

a destitui de sua diversidade e de sua função social”, destaca.

De acordo com o projeto apresentado pelo governo Bolsonaro, as universidades, a partir do Future-se, também poderão ser geridas por Organizações Sociais (OSs) – empresas de caráter privado, suposta e formalmente sem fins lucrativos. A docente ainda ressalta que o projeto abre brechas para a contratação precarizada e sem concurso público nas universidades – intensificando um processo já em curso de desvalorização e desmonte das carreiras docentes e dos técnicos-administrativos. E reitera que a lógica mercantil para captação de recurso aprofundará as desigualdades internas nas universidades e estimulará o individualismo e a competição por recursos também entre os estudantes.

“Os estudantes serão convocados a fazer sua parte, a serem empreendedores como os professores. Se já competem por bolsa agora, se já sofrem com uma política de assistência e permanência estudantil insuficiente, imagina com o Future-se”.

Os alunos, prevê, “serão colocados para substituir os técnicos, que não serão contratados, fazendo o trabalho, porque não teremos servidores públicos e nem terceirizados para fazer, especialmente aqueles pobres que ainda conseguirão entrar na universidade. O Future-se é a padronização de uma universidade que quer novamente invisibilizar e subalternizar negras e negros, pessoas pobres, LGBTs, mulheres. É a universidade dos colonizadores e um passo para o passado, e largo”, conclui.



A professora Eblin Farage no seminário: “Future-se: uma contrarreforma da educação superior pública”

Trechos do seminário na Aduff

Sem função social

“Quais empresas vão querer financiar projetos com favelas, periferias, quilombolas, indígenas, ribeirinhos? Ao permitir ao mercado selecionar quais áreas são de interesse ou não, o Future-se retira da universidade o caráter amplo da produção de conhecimento, a destitui de sua diversidade e de sua função social”

Organizações Sociais

“As Organizações Sociais vão poder gerir o patrimônio das universidades por processo simplificado, sem nem precisar ter chamada pública para contratação, é o que o Future-se prevê. Isso porque esse governo prima pela transparência, pela lisura e é contra a corrupção. Qualquer OS que já tenha tido, em algum momento, convênio com o governo poderá se candidatar para gerir uma universidade. Como vai ser a auditoria e o controle das OSs? Isso não está explícito no projeto. Eles falam de uma ouvidoria, porque ouvidoria no Brasil é uma coisa que dá certo, provavelmente, um número 0800. Você liga lá e reclama. A forma de prestação de contas das Organizações Sociais? O Future-se diz que a prestação de contas das OSs também vai ser feita de forma simplificada.”

Eblin Farage

Simone Silva - Patrimônio público pode ser entregue ao mercado privado

“Future-se é o roubo do fundo público”

A pedagoga Simone Silva disse no seminário da Aduff que o Future-se subordina a universidade pública e a pesquisa aos interesses privados e é uma porta aberta para a transferência de patrimônios públicos para fundos privados

Aline Pereira
Da Redação da Aduff

A pedagoga Simone Silva, doutora em Educação pela UFRJ e coordenadora do Laboratório de Ética em Pesquisa do Núcleo de Bioética da mesma universidade, disse que o Future-se altera o papel da universidade, das atribuições dos docentes e técnicos, da formação de doutores, mestres e graduandos, que estarão subordinados ao interesse de empresas privadas, caso o programa do governo Bolsonaro seja chancelado pelo Legislativo. “A orientação é a de que a universidade não é um programa de Estado. O Future-se é a tragédia e a destruição da Educação Pública e não surgiu do nada. Corremos o risco de perder o patrimônio público, com investimento [financeiro e acadêmico] por mais de 50 anos, em prol dos

interesses do mercado”, disse a pesquisadora.

A palestrante salientou que, desde a década de 1990, com o advento das políticas neoliberais no Brasil, houve várias tentativas para promover a desresponsabilização do Estado com a Educação e a Ciência públicas no país. Uma delas, por exemplo, foi o incentivo dado às políticas de fundos setoriais, que estreitam a relação entre a universidade e os setores empresariais produtivos.

Simone Silva também estabeleceu relações entre o Future-se e medidas anteriores que “pavimentaram” o processo de desmonte da forma de se pensar a produção de ensino, pesquisa e extensão públicas no país. Entre elas, destacou a Lei do Bem (11.196/2005), que concede isenção fiscal para empresas



A pedagoga Simone Silva no seminário: "Future-se: como chegamos à proposta de destruição da universidade pública"

que destinam recursos à pesquisa e ao desenvolvimento; o Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação (Lei nº 13.243/2016), que, de acordo com a palestrante, consolida um novo padrão de financiamento da pesquisa no Brasil; a Emenda Constitucional 95 (aprovada em 2016) – a do teto dos gastos públicos, que

congela os investimentos em áreas como Saúde e Educação, por exemplo, pelos próximos 20 anos.

Explicou que o desmonte da Universidade pública está sustentado em políticas anteriores, entretanto, o Future-se acelera o processo de roubo do fundo público, dos prédios, dos bens e da produção

intelectual. Doutores e técnicos serão transformados em serviços de alguma Organização Social. “Estamos acostumados a ver um processo de privatização em que se pega a empresa e vende. No caso da Universidade, não é isso que está acontecendo, pega-se a produção científica e se dá”, analisa.



Trechos do seminário na Aduff

Salsicha e Educação

“A proposta prevê a entrada da organização social, diz que vai criar um comitê gestor para gerir o dinheiro – mas não se sabe quem e nem como. Disseram que será feito um regulamento para isso. Em vários momentos da lei, diz-se que o ministro vai mandar e desmandar – não o ministério, a secretaria ou alguém que esteja ligado em seu cargo técnico responsável pelas políticas na Universidade. Para se sustentar, será criado um fundo de investimento. O setor privado, na graduação, tem crescido graças à política de fundos de investimentos – vide o caso da Króton. O dono da Perdigão vende salsicha, mas vende conhecimento também; mas não sabemos que tipo de conhecimento. É o dono da Estácio”.

Fundos

“Querem que a Universidade utilize as ‘organizações sociais’, que serão contratadas de forma simplificada. Mas o projeto não diz quem as contrata. A universidade vai cumprir as orientações da lei e do ministro – não é da Sesu e do ministério.

É do ministro. A Universidade vai entrar por adesão ao Future-se – você é responsável por suas opções na vida; se não querem entrar nesse programa, vão ficar sem dinheiro.

A permanência no programa também é avaliada, se não tiver posto OS, se não estiver captando recursos, vai ficar fora. O papel da OS é fiscalizar a Universidade. A pesquisa é fazer pesquisa, desenvolvimento e

inovação. É a OS, que vai fazer parte de um comitê gestor que não se sabe quem é, que vai gerir o fundo de investimento. De onde vem o dinheiro deste fundo de investimento? Primeiro, da prestação de serviço – consultoria, estudos para empresa e ganhar algum dinheiro que não será administrado pela Universidade (vai entrar no fundo de investimento); comercialização de bens e produtos; alienação de bens e direitos; patentes que a gente já tenha; aplicações financeiras a realizar – pode ser muita coisa; a exploração de direitos de propriedade intelectual; acordos com entidades nacionais e internacionais; doação de qualquer natureza, lei de incentivos fiscais e doações de rentabilidade das cotas do MEC. Além disso, todos os ministérios podem repassar seus bens para dar para a OS vender e colocar nesse fundo de investimentos. Se entrar dinheiro privado vai ser muito pouco, aqui é o roubo de fundo público.”



Simone Silva

Andréa Vale - 'O fim da Educação como um direito'

“O Future-se distorce o conceito de autonomia universitária e poderia se chamar ‘Vire-se’”

Professora da Escola de Serviço Social da UFF, Andréa Vale disse no seminário da Aduff que o Future-se articula, em um novo patamar, processos de privatização, mercantilização e empresariamento da educação superior



Andréa Vale:
"Future-se e a
financeirização"

Lara Abib
Da Redação da Aduff

“O Future-se distorce o conceito de autonomia universitária, como se autonomia universitária fosse ‘ter liberdade’ para arrecadar

seus próprios recursos. Nesse sentido, o programa poderia se chamar ‘Vire-se’”, disse a professora Andréa Vale, da Escola de Serviço Social da UFF, no seminário realizado pela Aduff. Para a docente, esse é um dos pontos

importantes para o enfrentamento ao Future-se, inclusive porque evidencia sua inconstitucionalidade.

“O artigo 207 diz que as universidades gozam de autonomia de gestão financeira, e não para captar recursos”,

ressalta. Andréa aponta que o Future-se articula, em um novo patamar, processos distintos e complementares de privatização, de mercantilização e de empresariamento da educação superior, resgatando alguns processos que já estavam postos na lógica neoliberal e elevando isso a um patamar financeirizado - pela presença de uma lógica de financiamento atrelada a fundos de investimentos, instáveis por definição.

O eixo número 1 do Future-se denomina-se “Gestão, Governança e Empreendedorismo” e é a principal ancoragem para o capital privado nas instituições. O programa defende que institutos e universidades se aliem a fundos de investimentos para ampliar suas receitas.

“O programa traz elementos

anteriores como, por exemplo, as Organizações Sociais (OS), os contratos de gestão, mas articulados numa nova qualidade pela ausência do financiamento estatal e pela transformação do patrimônio das Ifes e da União em ativos financeiros, o que vai abrir as portas para a financeirização da educação superior brasileira como um todo e, portanto, afetar todo o processo de formação no âmbito das nossas instituições”, alerta.

Para Andréa Vale, o programa promove a negação da educação como um direito e tem como objetivo “o desfinanciamento das instituições federais de ensino, com a desresponsabilização do Estado pelo financiamento direto das instituições, e começando por uma política de estrangulamento orçamentário”.

Trechos do seminário na Aduff

Governança

“O que o projeto propõe é uma governança corporativa, tal como ela se estabelece nas empresas capitalistas financeirizadas. Adotar princípios de governança que se desenham ao modo corporativo, nos faz entender o Future-se como eixo no qual a financeirização do patrimônio público está posta. Qual seja, a transformação desse patrimônio num ativo lucrativo, a partir do qual, em tese, nós deveríamos extrair esses novos recursos”.

Do público para o privado

“O Future-se estabelece que o MEC fica autorizado a doar bens imobiliários para as OSs participantes do programa ‘desde de que a rentabilidade da gestão patrimonial seja revertida para as ações inseridas no âmbito das IFE’. O projeto também diz que o MEC vai receber patrimônio cedido pela União para criar um fundo de investimento, ou seja, usar esses imóveis para práticas especulativas. O que é um problema do ponto do Código Civil, já que bens públicos

são inalienáveis quando pertencentes à União, aos estados, aos municípios e às autarquias, está escrito lá. Enquanto

forem públicas! Aí tem a jogada, a doação desses bens do MEC para as OSs, que vão recebê-los e integrá-los em fundos de investimentos com o objetivo de ‘preservar seu valor, gerar receita e fomentar atividades de que trata o programa’.

Ou seja, é preciso transformar esse patrimônio imobiliário em algo capaz de gerar dinheiro a

partir da lógica financeira. O que está em jogo não é só a mudança da natureza do que é autonomia financeira das IFE, mas uma forma de financiar as atividades que não é só vender serviço e produtos, é vender ativos, patrimônio. Imagina quanto valem os patrimônios das nossas universidades públicas federais, da UFRJ, da UnB, da UFF? É claro que tem aquelas que não têm quase nada para financeirizar, essas estão lascadíssimas!”

Andréa Vale



Catharina Meirelles - As semelhanças entre o Future-se e o caso de Portugal

“Acredito que o Future-se é uma espécie de ‘pedágio’ para a entrada do Brasil na OCDE”

Professora Catharina Meirelles, da Psicologia da UFF em Volta Redonda, disse no seminário que há muitas semelhanças entre o Future-se e o que ocorreu em Portugal, onde o financiamento do Estado para as universidades públicas despencou de 96,5% para 40% em 20 anos

Aline Pereira
Da Redação da Aduff

Catharina Meirelles, doutora em “Políticas Públicas e Formação Humana” pela Uerj e docente do curso de Psicologia da UFF em Volta Redonda, apresentou reflexões sobre a reformulação do ensino superior em Portugal para dialogar com a situação brasileira. Para isso, analisou as universidades que integraram o acordo de Bolonha - pactuado pelos principais países europeus na década de 1990 e que teve como objetivo reestruturar o ensino superior e se adequar às diretrizes dos organismos inter-

nacionais em um contexto de austeridade.

De acordo com a palestrante, a implantação dessas diretrizes para o ensino superior ocorre de modo semelhante nos dois lados do Atlântico, quando o estudante passa a ser capacitado para tornar-se exclusivamente mão de obra qualificada para o mercado e ter um espírito empreendedor, apartado das discussões de natureza política.

Disse que em Portugal, depois do acordo de Bolonha, as universidades passaram a ser cada vez menos financiadas por recursos públicos e o espírito empreendedor e competitivo tornou-se uma



Catharina Meirelles: "A Universidade economicamente engajada e os professores academicamente empreendedores: o caso de Portugal"

realidade cada vez mais presente no cotidiano dos docentes. Disputam recursos privados para dar conta dos seus projetos de pesquisa e laboratórios, já que inovações, consultorias, quantidade de alunos e internacionalização são critérios que influenciam no financiamento

da instituição. “O Estado se responsabilizava, em 1995, por 96,5% do orçamento da universidade - quase integralmente. Em 2007, esse percentual cai para 66,5%; em 2015, é cerca de 40%”, informou Catharina.

Segundo a pesquisadora, as correlações entre a situ-

ação da universidade nos dois países permitem que ela apresente a seguinte hipótese: "Future-se é pedágio do Brasil para entrada na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE". O Brasil fez essa solicitação desde 2017, mas ainda não foi aprovada.

Trechos do seminário na Aduff

Pedágio?

“A OCDE tem por prática fazer estudos e diagnósticos e encaminhar orientações para todos os níveis da educação. Os países postulantes devem ser submetidos aos processos de revisão estabelecidos pelo conselho da organização, formado por todos os países membros. São necessárias reformas econômicas. Entrar para a OCDE é encarado como selo de qualidade e é uma consolidação das políticas neoliberais. Em 2006, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior [de Portugal] solicitou à



OCDE um estudo para que o ensino superior se tornasse adequado para a entrada no Espaço Europeu do Ensino Superior. Apresentaram contextualização e depois seis pontos de melhoria a que Portugal deveria se adequar. Entenderam que a Lei de Bases de 1986, que regulava o ensino superior, não era suficiente porque não deixava explícito

o importante papel das universidades na economia e na prestação de serviços para as indústrias. Outro ponto é que o modo de governação era burocratizado e hierarquizado e que democracia poderia ser antagônica à eficácia. Propunham reestruturação organizativa entre os conselhos,

que formulam políticas e estratégias, e o gestor, que seria um executante - o reitor. As universidades deveriam deixar de ser instituições públicas e sim fundações públicas de direito privado, como orientava a OCDE. Os Conselhos Consultivos deveriam sumir ou diminuir de peso. Deveria existir um conselho gestor que fosse

ocupado, em sua maioria, por membros externos, preferencialmente, envolvidos com atividades econômicas, para que os docentes não perdessem tempo com tomada de decisão”.

Recomendações

As categorias [apresentadas pelo Future-se] são governança, gestão e empreendedorismo; pesquisa e inovação; e internacionalização. Quais são os seis pontos da OCDE para Portugal? Governança e gestão; estatuto das universidades; financiamento; acesso e manutenção; abertura para o mercado; e qualidade na produção do conhecimento. “Future-se guarda muitas semelhanças com esse documento que é elaborado pela OCDE”.

UFF e os cortes: os *campi* fora da sede sofrem com redução drástica de trabalhadores terceirizados

Com os cortes orçamentários, quadro é grave em toda a universidade, mas ganha contornos mais dramáticos nos *campi* fora da sede



A professora Marina Tedesco, presidente da Aduff, fala na UFF Campos, na assembleia descentralizada da Aduff, em agosto

Lara Abib
Da Redação da Aduff

Diante do estrangulamento orçamentário imposto pelo governo Bolsonaro às universidades federais, a administração central da UFF encerrou, no início do segundo semestre, mais contratos de prestação de serviço entre a instituição e empresas terceirizadas. Essa situação, que é difícil em toda a Universidade, ganha contornos ainda

mais dramáticos nos *campi* do interior, que já funcionavam com número reduzido de trabalhadores terceirizados e com uma defasagem maior de técnicos-administrativos.

Na UFF Campos, o funcionamento do Serviço de Psicologia Aplicada (SPA) - que presta atendimento psicológico ao público, através de projetos de estágio supervisionado - quase foi comprometido. No primeiro semestre de 2019, o

serviço começou a funcionar em meio expediente porque não havia número suficiente de vigilantes para a abertura do prédio de segunda a sexta, nos turnos da manhã, tarde e noite. Com atrasos constantes nos salários, os trabalhadores terceirizados - já em número reduzido - realizaram paralisações em suas atividades para tentar pressionar pela efetivação dos pagamentos.

No início deste semestre,

a coordenação do SPA viu-se diante de novo problema. Mais contratos seriam encerrados, com término previsto para o final de agosto, e o Serviço de Psicologia Aplicado da UFF Campos ficaria sem os terceirizados que trabalham na recepção, realizando o atendimento ao público, que vai desde o agendamento das consultas clínicas ao controle das salas (sete salas para atendimento de adultos, duas para atendimento de crianças e uma sala para atendimento em grupo).

Depois de uma série de reuniões com o diretor da unidade, o coordenador do SPA, Guilherme de Carvalho, conseguiu que um funcionário, que já atuava na UFF Campos, fosse deslocado para o SPA. "Esse funcionário vai garantir que o SPA continue aberto, mas temos o compromisso da direção da unidade de que, assim que novos servidores forem chamados, a gente consiga alocar mais alguém fixo lá. O SPA é o centro nervoso do curso de Psicologia, se ele fecha, o curso fecha. E com um funcionário só na recepção, se ele fica doente, se tem algum contratempo, a gente tem que fechar

o serviço", destaca o docente, que assumiu a coordenação do SPA em agosto.

Angra: "situação dramática"

Na UFF de Angra dos Reis, em agosto deste ano, mais cinco trabalhadores tiveram seus contratos encerrados. Boa parte desses funcionários exerciam funções administrativas e trabalharam durante todo o ano com salários atrasados por um ou dois meses. Os docentes da UFF de Angra dos Reis criaram uma "caixinha solidária" para arrecadar uma quantia em dinheiro a ser doada ao grupo.

"Eles iam trabalhar com medo de serem demitidos mesmo sem receber salário, só com o vale-transporte. Aconteceu durante o ano inteiro, numa situação que está mais dramática e triste agora, com a confirmação das demissões. Estamos numa situação de indeterminação muito grande. Antes dessas demissões, o número de funcionários já estava no limite para o funcionamento regular da Universidade", relata o professor Rafael Vieira, da UFF em Angra e integrante do Conselho de Representantes.

Trechos do seminário na Aduff

"Você tem professores catedráticos que são deuses, e professores completamente precarizados em situações de congelamento salarial, na época, há mais de 10 anos. E não só congelamento salarial, como redução salarial. Eu queria chamar a atenção em relação a esse financiamento para o seguinte: não

cabe ao Estado o pagamento de salários. Então as universidades, os professores, precisam se esforçar, captar recursos, não para. É o contrário do que muitos pensam: olha, vou fazer consultoria, vou ganhar um dinheiro extra, o salário de professor não está dando. Muitos imaginam que seria essa a solução. Foi no início, depois é ou você paga com seu dinheiro o seu trabalho que não vai pra você, vai para o centro, para o instituto, para o departamento, ele é distribuído. Você paga a luz, porque se não pagar a luz a gente vai fechar a universidade mais cedo porque não dá, é muito frio e não

dá para ligar o aquecedor. Teve situação relatada pra mim de que a universidade teve que escolher entre pagar a luz ou pagar o salário dos funcionários. Então esses 40%, 50% do Estado mais a captação de recursos feita externamente é utilizada também para pagamento de salários"

Professora Catharina Meirelles, ao relatar a experiência da aplicação em Portugal de projeto similar ao Future-se

Notas da Aduff



CUV de 4 de setembro e o diretor da Aduff Waldyr Castro



CUV de julho e a professora Adriana Penna, da Aduff

CUV rejeita o Future-se

O Conselho Universitário da UFF rejeitou unanimemente o Future-se, o programa do governo federal para o ensino superior do país. A decisão foi tomada na sessão de 4 de setembro de 2019, com o auditório do Instituto de Geociências, no campus da Praia Vermelha, em Niterói, lotado. Cerca de 400 pessoas, entre estudantes, docentes e

técnicos, compareceram ao ato convocado pela assembleia comunitária de 21 de agosto. Nota de repúdio ao Future-se já havia sido aprovada na reunião anterior do CUV, que aprovou proposta apresentada pela Aduff, Sintuff, DCE e demais organizações estudantis.

Os conselheiros votaram a rejeição logo após o vice-presidente da

Aduff, professor Waldyr Castro, falar da tribuna da sessão - em espaço aberto por consenso pelos conselheiros. O docente disse que esse é o momento mais grave da história das universidades federais do país e que não há tempo a perder para evitar que elas sejam destruídas. "A proposta do Future-se já existe de fato, é real, e temos que colocar os

três segmentos da universidade em movimento, e isso é uma tarefa que não é fácil", disse, ao defender que os conselheiros votassem a proposta aprovada na assembleia comunitária, de rejeição total ao Future-se. Em seguida, o reitor Antonio Claudio Nóbrega, que presidia a sessão, pôs a proposta em votação, aprovada por unanimidade e aclamação.



Reunião na Reitoria: situação orçamentária e Future-se

Reunião com reitor

A Diretoria da Aduff - representada pelas professoras Marina Tedesco (presidente) e Adriana Penna (1ª secretária) - reuniu-se com o reitor da UFF, professor Antônio Cláudio Nóbrega, no dia 2 de setembro. Em pauta: a situação financeira da instituição, agravada pelo corte até aqui de R\$ 52 milhões da universidade. "O que vai acontecer? Não sei: vivemos um dia após o outro", disse o reitor, ao responder que, com esforço, será possível garantir o funcionamento da instituição em setembro. O Future-se também esteve em discussão, assim como as decisões do CUV. "O que o CUV fizer dentro do regimento, das regras e da lei, é o que eu vou cumprir", disse.

Teatro e protesto

Uma das cenas do musical autoral "Cartas para Gonzaguinha", exibido em um teatro no centro do Rio, foi aplaudida com entusiasmo pelos espectadores. Envolveu protesto dos personagens, com cartazes por "Igualdade salarial", "Direitos Humanos", "Homofobia não"; "Educação" e "Ditadura nunca mais" e "punição aos crimes ambientais", entre outros. A peça, sem patrocínio e encenada por formandos de um curso de teatro, traz canções de Gonzaguinha e é ambientada na redemocratização da década de 1980. Envolve trabalhadores que perderam empregos.

Não ao Future-se

UFF Campos

Atividade de acolhida no dia 12 de agosto teve exibição do seminário da Aduff para debater o Future-se. "Entendemos que o início deste semestre não poderia ser aberto sem este debate vital para a nossa existência enquanto Universidade plural, de qualidade e publicamente financiada", avaliou a professora do curso de Psicologia da UFF Campos Bárbara Breder.

Volta Redonda e Angra

Na UFF de Volta Redonda, a presidente da Aduff, Marina Tedesco, e as professoras Catharina Meirelles e Joana Darc falaram sobre o Future-se na Aula Inaugural da Psicologia, com o tema "Direitos Humanos e Universidade Pública", em 22 de agosto, no campus Aterrado. Em Angra dos Reis, a Aula Inaugural do Instituto de Educação foi "Construindo a re-

sistência ao Future-se e à destruição da Universidade pública", com a pedagoga Simone Silva e o professor Augusto Lima, no dia 30.

Rio das Ostras

"Os ataques à Universidade Pública: debate sobre o Future-se" foi o tema da exposição de Eblin Farage - docente do curso de Serviço Social da UFF/Niterói e secretária-geral do

Andes-SN - à comunidade da UFF em Rio das Ostras. A docente defendeu que o projeto do Future-se é de desresponsabilização do Estado com o financiamento da educação pública e gratuita. Para ela, a produção de conhecimento subordinada aos interesses do capital empobrece a formação na Universidade, acaba com a sua autonomia e enfraquece o tripé ensino, pesquisa e extensão.

Homenagem na UFF a um símbolo da luta contra a ditadura

Comunidade universitária fez homenagem a Fernando Santa Cruz, preso pelo aparato repressivo em 1974, desaparecido e morto pelos militares

Aline Pereira
Da Redação da Aduff

A comunidade da Universidade Federal Fluminense prestou homenagens, nas escadarias do prédio da Faculdade de Direito, a Fernando Santa Cruz, preso em 1974, aos 26 anos, um dos muitos desaparecidos políticos da ditadura civil-empresarial-militar. Assassinado pelo Estado brasileiro, Fernando Santa Cruz dá nome ao Diretório Central dos Estudantes da UFF, instituição na qual cursou Direito.

Na homenagem, que reuniu alunos, docentes, técnicos, políticos e representantes da sociedade civil, foi hasteada uma enorme bandeira com o rosto de Fernando Santa Cruz. Houve diversas falas de representantes de Diretório

Acadêmicos da UFF, de representantes do DCE, Sintuff e da Aduff-SSind. A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) também se fez representar e se solidarizou com a comunidade da UFF.

A atividade aconteceu no "Dia Nacional de Greve da Educação", 13 de agosto, com paralisação e atos públicos contra a retirada de direitos previdenciários e sociais, contra os cortes na Educação e a privatização da Universidade por meio do 'Future-se'. Ocorreu poucos dias após Jair Bolsonaro ter sido desrespeitado com Felipe Santa Cruz, filho de Fernando, hoje presidente da OAB, ao atacar a memória do militante falecido. O presidente da República disse, em tom jocoso, que não existem documentos



Ato em frente à Faculdade de Direito, onde Fernando Santa Cruz estudava quando foi preso

que comprovem a morte de Fernando Santa Cruz Oliveira no contexto da ditadura e questionou a Comissão da Verdade. "Não existem documentos se matou, não matou, isso aí é balela", disse.

A professora Marina Tesesco, presidente da Aduff, afirmou durante o ato que, ao atacar Santa Cruz, Bolsona-

ro ataca todos os estudantes, toda a comunidade uffiana, todos os lutadores dos movimentos sociais. Ressaltou a importância de lembrar os que foram vítimas da ditadura e que lutavam pelos direitos da classe trabalhadora. "Repudiamos veementemente todas as declarações do presidente contra o Fer-

nando Santa Cruz", disse, ao saudar a memória dele e também a de dona Elzita Santa Cruz, recentemente falecida. Ela tornou-se símbolo da luta contra a ditadura e muito conhecida por jamais ter desistido de encontrar respostas e os restos mortais do filho desaparecido, até morrer aos 105 anos.

Documentos da UFF comprovam perseguição e prisão do estudante Fernando Santa Cruz

Dados estão no livro "Atitude de Rebeldia", produzido pela Aduff; para pesquisador, falas de Bolsonaro devem ser repudiadas por todos que têm apreço pela democracia



Passeata em Niterói, logo após o ato na Faculdade de Direito

Aline Pereira
Da Redação da Aduff

O professor Rafael Vieira afirma que as declarações de Jair Bolsonaro são mentirosas e sem base na realidade: documentos do próprio Estado provam que Fernando Santa Cruz estava sendo procurado e foi capturado por agentes da seguran-

ça nacional em 1974. Rafael é docente da UFF em Angra dos Reis e membro do Grupo de Trabalho em História do Movimento Docente da Aduff. O GT realizou e publicou pesquisa sobre esse período no livro "Atitudes de Rebeldia: as formas da universidade tecnocrática, o aparato vigilante/repressivo e as

resistências dos professores da UFF durante a ditadura".

A documentação a que se refere foi publicada no livro, editado pela Aduff pela primeira vez em 2018, quando a seção sindical comemorou 40 anos de existência, ano em que o Ato Institucional N° 5 (AI-5) completou meio século. A publicação teve reimpressão em 2019. "Um desses documentos é oriundo da própria UFF: é o pedido de busca sobre Fernando Santa Cruz, datado de 20/02/1974, dois dias antes do desaparecimento do estudante", explica Rafael, que defende que Bolsonaro seja responsabilizado pelo teor das "declarações levianas".

O docente informa que existe outro documento da Marina, de 1978, que mostra que Fernando Santa Cruz foi preso no dia 22 de fevereiro de

1974 e, desde então, custodiado pelo Estado brasileiro.

Rafael Vieira lembra ainda que há o depoimento concedido ao Ministério Público Federal (MPF) e à Comissão da Verdade pelo delegado Cláudio Guerra, que foi um dos responsáveis pelo esquema de assassinato e desaparecimento de corpos durante a ditadura. O depoimento também consta do documentário de Beth Formaggini "Pastor Cláudio" (2019), quando o ex-delegado afirma que o corpo de Fernando Santa Cruz foi incinerado na Usina de Cambaíba, em Campos dos Goytacazes (RJ).

"Neste governo, é nítida a tentativa de estabelecer uma guerra de narrativas. Não há nenhuma preocupação com evidência empírica", critica Rafael. "Os ataques às universidades e, principalmente,

às áreas de Ciências Humanas não são gratuitos. Não há preocupação e rigor com a realidade, com o estabelecimento de qualquer tipo de verdade", complementa o docente.

De acordo com o pesquisador, a declaração de Bolsonaro deve indignar a todos que dizem ter apreço pela democracia. "Mas a pretensão direita liberal é conivente com o governo. Bolsonaro é ator funcional para implementação de um projeto de poder de classe sobre esse país, e isso é o que faz com que ele não esteja, neste momento, sendo denunciado em todos os espaços. Desde que o governo faça a reforma da Previdência, dê o patrimônio público para o capital, flexibilize a legislação ambiental, garanta os agrotóxicos do agronegócio, entregue terras aos madeireiros, Bolsonaro será tolerado por essas forças", avalia o docente.

Senado tenta acelerar reforma que retira quase R\$ 1 trilhão das aposentadorias em 10 anos

PEC paralela e novas reformas trabalhista e administrativa ameaçam retirar mais direitos

O presidente do Senado Federal, Davi Alcolumbre (DEM-AP), atua para acelerar a tramitação da reforma da Previdência Social. O relatório aprovado na Comissão de Constituição e Justiça, que será submetido a dois turnos em plenário, não traz alterações que mudem a essência da proposta, que prevê aposentadorias menores e mais inacessíveis, a serem pagas por menos tempo. Nenhuma alteração direcionada a servidores foi introduzida.

A CCJ também votou o parecer da proposta de emenda constitucional paralela, que estende a servidores de estados e municípios mais impactos negativos da proposta. Tramitando com o número 133/2019, ela prevê mais retirada de direitos do que atenua os impactos da proposta principal, a PEC-6. Pode, ainda, abrir caminho para emendas como a instituição da capitalização.

Mais de 90% da "economia" que o governo diz que terá com a reforma sairá dos



Greve nacional da Educação no Rio em 13 de agosto

trabalhadores. Pelo relatório da CCJ, ela está estimada em R\$ 870 bilhões, no caso da PEC-6, ou R\$ 1,3 trilhão,

se somado à PEC paralela.

Apesar do cenário difícil, a direção da Aduff ressalta a necessidade de fortalecer

o movimento contra as 'reformas'. A luta não terminou e deve ser enfrentada como parte de um pacote que inclui o desmonte das universidades públicas, nova reforma trabalhista, privatizações e reforma administrativa. Com esta última, em elaboração, o governo pretende rebaixar as carreiras, acabar com o RJU e aprovar mecanismos que permitam demitir e reduzir salários - segundo informou à "Folha de São Paulo" o Ministério da Economia. Medidas que podem ser devastadoras para os serviços públicos e os direitos dos trabalhadores se não houver forte reação.

Após críticas, Cepex reformulará projeto 'professor voluntário'

Após críticas de conselheiros, o projeto que "regulamenta trabalho de professores voluntários" na UFF foi retirado da pauta do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepex), no dia 4 de setembro. A proposta, reformulada, deverá voltar a discussão em uma nova reunião. O projeto é de autoria

do Pró-Reitoria de Graduação (Prograd) e coincide com um período de cortes orçamentários violentos e com a posição do governo de suspender concursos públicos. A Prograd alegou que pretende alterar resolução anterior sobre o tema para regulamentar a situação de bolsistas e docentes aposentados.



Assembleia docente:

descentralizada, assembleia em agosto em sete *campi* da UFF em Niterói e fora da sede rejeitou o Future-se, aprovou a urgência da mobilização e do fortalecimento do movimento. Também autorizou eleição suplementar para o Conselho de Representantes de Campos. Nova assembleia descentralizada ocorre de 9 a 11 de setembro

Decreto do governo tenta dificultar capacitação

Decreto publicado pelo Ministério da Economia traz nova regulamentação de dispositivos do Regime Jurídico Único que tratam de licenças e afastamento de servidores públicos federais e promove alterações nos procedimentos relacionados à capacitação de pessoal. O Decreto nº 9.991/19 provocou preocupa-

ção entre docentes das universidades e institutos federais: ele aponta para uma maior centralização desses procedimentos e institui regras que geram insegurança e incertezas a quem deseja investir na sua capacitação profissional. A legalidade do decreto e medidas possíveis são analisadas pela assessoria jurídica.

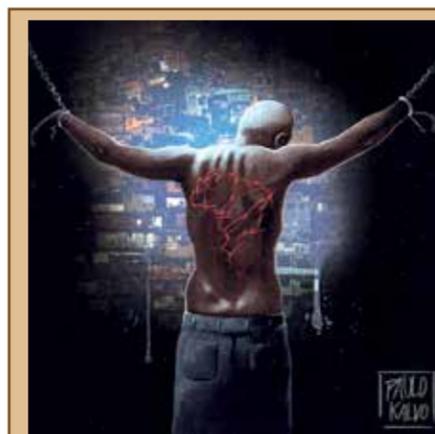
Amazônia queima

De acordo com dados do INPE, nunca foram registrados tantos focos de queimadas no Brasil quanto nos oito primeiros meses de 2019. De 1º de janeiro até o dia 20 de agosto, foram contabilizados quase 75 mil focos de incêndio, incluindo 32 unidades de conservação e 36 terras indígenas. Com repercussão que expôs o país mundialmente, a destruição da Amazônia foi alvo de protestos no Brasil e em vários países em 23 de agosto (na foto, detalhe do ato no Rio). Houve atos também dia 25 e voltou a ser repudiada no Grito dos Excluídos, em 7 de setembro, quando muitos vestiram preto em luto e em luta.



Os sindicatos e as opressões:

abertura do II Seminário Integrado do Grupo de Trabalho de Políticas de Classe, Questões Étnico-raciais, Gênero e Diversidade Sexual (GTP-CEGDS), que ocorreu nos dias 30 de agosto e 1º de setembro na Uerj, tendo a Asduerj como anfitriã. O seminário debateu 'O Papel dos Sindicatos no Combate às Opressões'. Em breve, cobertura das palestras na página da Aduff na internet (www.aduff.org.br).



Tortura e racismo

Pelas mãos do chargista Paulo Kalvo, a representação da bárbara tortura ao jovem negro de 17 anos por seguranças do supermercado Ricoy, na Zona Sul de São Paulo. O rapaz foi chicoteado nu por tentar furtar um chocolate. A empresa foi alvo de um protesto, na porta do estabelecimento, no feriado de 7 de setembro. Houve críticas ao presidente Jair Bolsonaro, notório defensor de torturadores.